



UM OLHAR SOBRE A TRAJETÓRIA DAS PREFEITAS BAIANAS: ENTRAVES E AVANÇOS

Claudia de Faria Barbosa¹
Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti²

Este texto objetivou oferecer uma breve panorâmica da trajetória política e de vida das prefeitas do Estado da Bahia, estabelecendo uma interface entre a realidade e a teorias feministas e de gênero. Durante o processo de pesquisa, foram realizadas entrevistas com prefeitas eleitas no período 2004-2008, no intuito de conhecer suas histórias, as dificuldades e os desafios com que se depararam no sistema político local. O estudo parte da premissa de que o caminho percorrido por uma mulher, quando resolve dedicar-se à carreira política, perpassa por entraves devido às questões histórico-culturais relacionadas aos papéis de gênero numa sociedade marcada por fortes relações patriarcais.

No fazer cotidiano e nas experiências entre os limites do público e do privado, os movimentos feministas são protagonistas de um momento recente de reconhecimento impar. As mulheres são “sujeitos de reivindicação”, fruto de uma construção coletiva, buscando legitimarem suas ações. Entretanto, não se afastam as idiossincrasias do próprio percurso, merecendo um olhar mais atento e multireferenciado para o desenvolvimento da análise pretendida nesse texto. Destarte, urge a necessidade de refletir sobre essa legitimidade conquistada e que configura as nuances mais fortes do novo feminismo e das relações sociais estabelecidas.

A realidade das mulheres “empoderadas”

O Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher – UNIFEM publicou o relatório sobre o “Progresso das Mulheres no Mundo 2008/2009”³ evidenciando que a busca por alcançar os objetivos depende do reforço da responsabilização dos compromissos perante a

¹ Doutoranda em Família na Sociedade Contemporânea pela Universidade Católica do Salvador. *Becaria* do Conselho Europeu de Pesquisas Sociais sobre a América Latina no VI Congresso, Bolsista da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado da Bahia – FAPESB e Pesquisadora do Núcleo de Pesquisa e Estudos sobre Juventudes, Identidades, Cidadania e Cultura - NPEJI/UCSAL. E-mail: barbosa.claudiadefariabarbosa@gmail.com

² Pós-doutora em Humanidades pela Universidad de Salamanca, Espanha. Doutorado em História - Universidad de Leon, Espanha. Professora e Pesquisadora da Universidade Católica do Salvador no Programa Família na Sociedade Contemporânea. Integrante do Núcleo de Pesquisa e Estudos sobre Juventudes, Identidades, Cidadania e Cultura - NPEJI/UCSAL. E-mail: vanessacavalcanti@uol.com.br

³ UNIFEM. Relatório sobre o progresso das mulheres do mundo 2008/2009. *Quem responde às mulheres?* Gênero e responsabilização. Disponível em: <www.unifem.org/progress/2008/media/PORT-PoWW-ExecutivesSummary.pdf> Acesso em 04 de abril 2009.



sociedade e a mulher, em particular. Segundo o relatório anunciado acima, a percentagem delas nos cargos de representatividade política aumentou em 8% para a média global atual de 18,4% na década de 1998 a 2008. Contudo, mesmo se esta taxa de crescimento for mantida nos países em vias de desenvolvimento, como é o caso do Brasil, não atingirá a “zona de paridade”, até 2045.

Com essa previsão anunciada, questionamos se o Brasil, mais especificamente o Estado da Bahia, apresenta as mesmas expectativas que a média global. Ao focar a quantidade de municípios em que as mulheres estão à frente da administração municipal, confirma-se os dados, conforme o Tribunal Superior Eleitoral – TSE, 1.600 mulheres disputaram uma vaga de prefeita no ano de 2008 nos 5.564 municípios, enquanto os homens foram 13.699 candidatos, em todo o país. Nas regiões brasileiras, o Nordeste foi a região com maior participação feminina, com 672 inscritas, seguida da região Sudeste, com 409, Sul, com 227, Norte com 167 e Centro-Oeste, com 125 candidatas.. Nesse sentido, cada mulher em posição de poder possui uma forma de atuação definida de acordo com as realidades vividas. Blay⁴ tentou definir três situações típicas para descrever o perfil de prefeita no Brasil. Ela denomina de “prefeita coronel” aquela que assume a posição nos respectivos grupos familiares, nasceu ou passou a participar através do casamento. A “prefeita esposa” é aquela casada com um político possuidor de liderança, mas por algum motivo, como inelegibilidade, situação partidária, entre outros, é impedido de ser candidato e ela o substitui, cumprindo uma determinação, não discute e acata como mais um papel a cumprir. E por último, a “prefeita por iniciativa própria” que é aquela eleita com as próprias condições, seja posição familiar, politização das competências ou trabalhos comunitários e consegue se destacar, sair da invisibilidade e construir uma carreira na política.

Percebe-se que essas três situações já tomam proporções diferenciadas. Considerando as categorias de Blay, a prefeita com característica “coronel” não foi detectada na pesquisa, a prefeita puramente “esposa” está em fase de extinção, prevalecendo as candidatas esposas que são muitas, mas poucas conseguem se eleger, as que alcançam tendem a se metamorfosear em uma prefeita de carreira através da experiência adquirida no dia-a-dia, da vivência com as situações burocráticas e de busca de aperfeiçoamento contínuo através de dedicação e estudo dos assuntos pertinentes, conforme explica a prefeita DC: “Já quebrei muito minha “cara”, mas sou assídua às buscas de conhecimento. Debato, procuro ampliar o diálogo, utilizo a comunicação para minimizar os erros”; e a prefeita por “iniciativa própria” já é uma realidade, conforme destaca outra entrevistada: “Fui secretária de educação, de finanças, fui vice-prefeita, prefeita, deputada, fiquei na terceira suplência,

⁴ BLAY, Eva . *As prefeitas*. Rio de Janeiro: Avenir Editora, 1979.



e agora estou prefeita, de carreira! (MC)” A prefeita se diz “de carreira” e conta como aconteceu sua inserção e incremento de competências no serviço público, ao se organizar e se preparar para assumir os rumos de sua própria experiência. Além de ter passado por diversos cargos políticos, tem uma experiência como técnica na administração pública, conforme afirma: “Sou servidora pública de carreira do município, estudei economia, não cheguei a me formar, fiz concurso público, ingressei, assumi ‘todos’ os cargos administrativos na prefeitura, de escriturária a secretária”. Portanto, exemplo de que é possível uma atuação engajada e coerente.

No Estado da Bahia – que é o foco geográfico dessa discussão, a primeira prefeita foi eleita em 1958. A partir dessa data começou-se a inserção lenta e gradual, e hoje representam 9,2% à frente das prefeituras do Estado. O número de candidaturas femininas, no Estado, registradas no Tribunal Superior Eleitoral, no ano de 2008 ao cargo do Poder Executivo Municipal representou 11,5%, de mulheres – o que ainda pode registrar a permanência da pouca ocupação do espaço político local como instrumento de cidadania plena e matizes da pretensa igualdade entre homens e mulheres. No Brasil, a disputa eleitoral para o referido cargo foi predominantemente feminina em quarenta municípios (13%) e no Estado da Bahia em quatro (10%).

“É na relação entre ideias e presença que nós podemos depositar nossas melhores esperanças de encontrar um sistema justo de representação, não uma oposição falsa entre uma e outra”⁵, somente faz sentido a presença da mulher na política enquanto sujeito político que luta por melhores condições de vida para as mulheres, com consciência do papel a desempenhar ao chegar aos espaços de poder e que exerçam sua cidadania nos espaços público e privado fazendo valer o princípio da não-discriminação. Também, aquelas que abarcam o desafio de reivindicar valores igualitários e democráticos que a Constituição brasileira de 1988 assegurou, que buscam transformar valores sociais e práticas culturais discriminatórias em uma bandeira de luta contra a violência doméstica, familiar e de gênero, que se preocupam com a proteção dos Direitos Humanos e reconhecem que o seu “empoderamento” deve ser utilizado em favor de mulheres que vivem em condições de extrema pobreza e vulnerabilidade para interferir diretamente na construção de um mundo em prol de justiça e liberdade sociais.

⁵ PHILLIPS Anne. *De uma política de ideias a uma política de presença?* n. 1/2001, v. 9, Florianópolis: Revista Estudos Feministas, 2001, p.268-290.



Vozes femininas: representações a partir do cotidiano

Através dos aspectos quantitativos da participação política feminina é possível encontrar respostas sobre os mecanismos de dominação que, ainda hoje, mantêm a baixa participação das mulheres nas instâncias representativas da política e do poder. Esse fenômeno indica, nada mais, do que “a ponta do iceberg, um decepcionante indício de estruturas mais profundas que mantêm a desigualdade política até os dias atuais”⁶. Prevalece uma visão reducionista, fruto de séculos de dominação masculina, que concebe as mulheres desinteressadas e menos envolvidas nos assuntos públicos, na participação em grupos organizados, partidos políticos e em campanhas eleitorais, “mas causas para a suposta não-participação não ocupavam lugar de destaque nessas abordagens”⁷

Constatar o fato não é relevante, é necessário buscar as causas, mas não é tarefa simples e para, além disso, cruzar as fronteiras disciplinares, percorrendo técnicas e métodos que possibilitem um olhar interdisciplinar e ampliado, tal como um panóptico. Neste estudo buscou-se analisar fragmentos de depoimentos das prefeitas, ouvidas em entrevista semi-estruturada. A análise do discurso das prefeitas parte de três eixos centrais de discussão: a) a inserção na política; b) os entraves e as conquistas e c) a conciliação entre família e política. Elas serão identificadas aqui com letras e limitada a “vozes” de apenas três delas devido ao espaço do artigo. O primeiro foi sobre a inserção na política e o segundo sobre os entraves e as conquistas ocorridas na esfera privada em contraste com a atuação na esfera pública local.

Para o primeiro eixo elas declararam as dificuldades encontradas. Por exemplo, a prefeita MC afirma ter sido a primeira prefeita da região metropolitana de Salvador, em um município eminentemente industrial, “o preconceito e o machismo eram ainda muito fortes. Por conta da própria atividade industrial, achavam que não devia ser administrada por uma mulher”. Nesse caso, ela atribui às características geográficas e econômicas a causa de um maior estranhamento da população à sua candidatura. Em outro espaço geográfico e cultural a prefeita DC afirma que “numa terra de coronel, uma mulher poder falar e convencer não é comum”. Nesse último caso, ela evidencia em seu depoimento como foi sua “entrada” nesse processo. “Para eu ‘pegar’ na política, fui registrada na chapa “Fulana de dr. Sicrano”. No entanto, eu acabei ‘engolindo’ a figura de dr. Sicrano. Eu era de... Hoje ele é parente de.....” Os eleitores precisavam de referência. A candidata necessitava estar ancorada em uma “figura masculina” que nesse caso foi a do marido.

⁶ PHILLIPS Anne. *Gênero y teoria democrática*. Cap. 5. México: PUEG. Paradojas de la participación, 1996 p. 122.

⁷ BRABO, Tânia Suely Antonelli Marcelino. *Gênero e poder local: eleições municipais do ano 2000 em Marília (SP)*. Tese. São Paulo: Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo, 2003, 2003, p. 24



Por outro lado, há também casos que a própria mulher não demonstra “consciência de si mesma”, nem se preparou para aquela atribuição: “a princípio, entrei para o partido não por consciência, entrei naquela de esposa para ajudar o marido, a pessoa de confiança dele, e caí no gosto popular”. Ela aponta para o ineditismo de sua atuação como uma aceitação passiva de uma oportunidade, conforme depoimento: “A história é infinitamente mais escabrosa do que se possa imaginar. Utilizaram casuísmo político de infidelidade partidária para tirar o partido de meu marido”. Segundo ela, o nome dele era cogitado para a candidatura a prefeito, as pesquisas apontavam 85% da preferência popular e dois meses antes da convenção, um grupo tomou a executiva do partido e excluíram a possibilidade da candidatura dele. “Eu estava filiada como presidente do partido e surgiu o meu nome como alternativa para o casuísmo...”.

Ao ser questionada como lidava com as questões políticas antes da decisão de entrar para a política, a prefeita comenta: “eu vivia enclausurada nos meus próprios papéis de mãe, dona de casa, professora e esposa de médico. Eu era muito pouco conhecida no município. No interior tem muito estigma de madame, mulher de doutor e professora...”. Cumpria os papéis definidos socialmente, tais como recato, meiguice, discrição. Dentro de limites pré-estabelecidos realizava as obrigações, conforme os costumes impostos a uma mulher de “boa formação”. Foi jovem da elite, educada para ser esposa que fosse a companhia ideal para seu marido e que cuidasse da casa e dos filhos, teve uma instrução voltada para o papel da mulher na família e no país. “Sua ‘vida-missão’ estava definida: cabia a ela a formação das gerações posteriores e por este motivo deveria empenhar-se em sua própria preparação”⁸. No entanto, ela valoriza a formação que teve e elogia a nobreza da profissão, conforme afirma: “Tudo do meu legado de professora se constitui a base de minha vida política. Sou educadora, e me relaciono com a linguagem lúdica da criança... é preciso colocar os sentimentos nas ações”. Por outro lado, reclama das recusas que foi vítima: “Já sofri discriminação. Na época que entrei, era motivo de crítica, de piada... Até meu marido achava que não ia dar certo. Diziam: ‘Com aquela carinha’...” Por trás dessas afirmativas, segunda ela, perpassava discriminação e reconhece: “Perdi vários apoios porque acreditavam que pelo fato de ser mulher, eu seria manipulável”.

Num contexto em que a educação se mostra mais como reprodutora das ideologias do que como espaço de desenvolvimento das capacidades individuais, a presença feminina nas escolas era mantida através de normas rígidas, como garantia de perpetuação dos costumes e promotora de papéis femininos. Foi o que Bourdieu tentou demonstrar ao esclarecer que o sistema escolar

⁸ CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simon. *Educação, história e religião*: ordens religiosas como lócus da construção de identidades femininas. v. 4, Espírito Santo: Revista Aulas, 2008, p. 15.



contribui para reproduzir as diferenças, não apenas entre as categorias sociais, mas também entre os gêneros. Ressaltando que “a história tem que assinalar e levar em conta a reprodução e as hierarquias [...]”⁹. As mulheres cumpriam o destino em uma profissão que aos poucos passou a ser considerada feminina. Se o que constituía a vida de uma mulher era o papel de mãe, pode-se considerar o exercício do magistério como a extensão da maternidade, “a docência não subverteria a função feminina fundamental, ao contrário, poderia ampliá-la ou sublimá-la”¹⁰.

Entraves e conquistas na esfera pública: ações do e no feminino

A conveniência de intervir nas políticas públicas do município, ou simplesmente de decidir por algumas prioridades no intuito de ajudar às pessoas é o desejo mais visível no discurso das prefeitas. Em seu comentário, a prefeita DC classifica um desses momentos como o “mais maravilhoso” de sua vida. Ao ser questionada sobre o que é mais gratificante ela afirma: “a oportunidade de servir ao próximo, de verdade. Vivi momentos ímpares em minha vida. A coisa mais importante na carreira política foi a possibilidade de poder ajudar aqueles que mais precisam, olhar no olho do eleitor e sentir o carinho, o respeito dele por você, a esperança...” Depois de citar vários exemplos conclui: “construímos casas populares, foi o momento mais maravilhoso da minha vida, entregar aquelas chaves...”

Pateman ocupa-se em buscar resposta para explicar o lugar da “participação” na teoria da democracia moderna. Acredita-se que ao empregar as diversas oportunidades de participação, o indivíduo possui mais oportunidades de se educar como cidadão público. Segundo a autora “se aqueles que acabam de chegar à arena política tivessem sido previamente ‘educados’ para ela, sua participação não representaria perigo algum para a estabilidade do sistema”¹¹. Para a prefeita, o pior são as conseqüências de atos, muitas vezes considerados simples. “Às vezes por coisas tolas, uma simples data não cumprida, uma data errada lhe dá um legado eterno. Nesse percurso é o erário público que fica irrecuperável, todos aqueles que acreditaram em você vão juntos”, e acrescenta que “o cargo requer muito conhecimento e competências. De fato, todo candidato deveria ter seis meses de treinamento, para se tornar um executivo, pois é muita ingenuidade e, às vezes, uma data errada lhe dá um legado eterno.”

⁹ BOURDIEU, Pierre e PASSERON, Jean Claude. *A Reprodução: Elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Rio de Janeiro: Vozes, 2007, p.101.

¹⁰ LOURO, Guacira Lopes. *Mulheres na sala de aula*. In: PRIORE, Mary Del. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto/UNESP, 2001, p. 450.

¹¹ PATEMAN, Carole. *Participação e teoria democrática*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p. 139



Muitos são os enigmas e os desafios da vida pública em consonância com a vida privada. Os laços e vínculos que unem a mulher à família são fortes, porque envolvem o binômio reprodução e produção, a interdependência, o cuidado e a ética, resultado de toda uma história de dominação. Nesse sentido, redefinir a identidade das mulheres na vida pública supõe incorporar todas essas atribuições, mas buscando superar a tradicional divisão de espaços e funções.

A prefeita TS procura assinalar a singularidade do desempenho definido como expressão de autonomia. Preocupa-se que recaia sobre ela acusação de incompetência - derivada da hierarquização de gênero. Atribui qualidades diferenciais e projeta intenções sobre contextos em que atua. Tende a aceitar e a acentuar as diferenças culturalmente atribuídas a uma natureza feminina e outra masculina, seja pela contraposição ou adesão, conforme relata: “Têm situações que a mulher tem vantagem em relação aos homens. Eu entro fácil em qualquer residência, no quarto de uma pessoa doente, embora existam outras barreiras como o bar. Acho que a mulher tem esse lado, o lado da mãe, se colocando no lugar do outro...” Prosseguindo sua fala, ela demonstra “qualidades” que pressupõe que outras mulheres, por serem mães, devem possuir. Atributos que, para ela, devem ser transferidos para a esfera pública, ou seja, para as atividades políticas. “Quando recebo uma mãe sem ter o que dar de comer a um filho, eu me coloco no lugar dela, o que acho que os homens não sentem da mesma maneira. Quando passo na praça e vejo o jardim sujo, e coisas desse tipo, procuro logo solucionar aqueles problemas”. Em sua fala, percebe-se uma visão estereotipada de “papéis femininos” na sua atuação na esfera pública. Para Dietz, as virtudes que surgem da prática social da maternidade não devem ser inspiradas como valores que conformem a prática política da cidadania. “A única prática que pode gerar e reforçar esta consciência não é a maternidade, mas a prática da atuação política, do compromisso com outros cidadãos para determinar e perseguir interesses individuais e comunitários em relação ao bem público”¹².

Considerações finais

Pelos números é possível perceber o aumento de mulheres no poder executivo local, reforçando a consolidação democrática brasileira, mas o ritmo e a efetiva participação ainda requerem maiores ações afirmativas, por exemplo, em relação à divisão sexual de trabalho e de poder. Considerando as mudanças culturais experimentadas nos últimos anos, há uma tendência, ainda que pouco expressiva, de inserção das mulheres nas disputas eleitorais. Devido à sub-representação no processo democrático, característica da sociedade patriarcal, elas encontram

¹² DIETZ, Mary Dietz. *Cidadania com cara feminista*. Debate Feminista (n. especial). México, 2001, p. 66.



dificuldades de se fazerem presentes nos espaços de poder, participam da política, mas pouco dos processos de decisão.

O estudo aponta a necessidade da participação plena das mulheres no processo de tomada de decisões públicas e na cobrança de atitudes, todas as vezes que seus direitos são violados e suas necessidades ignoradas. O aumento do nível de responsabilização para com a mulher começa pela ampliação delas nos processos de tomada de decisões, que requer mandatos sólidos, indicadores de desempenho claros, melhores incentivos e esforços contínuos de representação e defesa, para que efetivamente haja um ganho qualitativo para a sociedade.

Espera-se que as mulheres, ao se apropriarem do poder, tenham o compromisso de buscar transformar as estruturas que reforçam as discriminações de gênero, modificando a imagem estereotipada de que “política não é coisa para mulheres” desafiando idéias pré-concebidas, com o objetivo de diminuir a desigualdade social e compartilhar responsabilidades e experiências. Portanto, o “empoderamento” – como processo em construção - se projeta como uma ferramenta que permite a construção de demandas de gênero nos espaços públicos, com o objetivo de intervir na elaboração de agendas públicas e fazer a interlocução com os diversos atores sociais para enriquecer o processo democrático.

A teoria feminista permite a construção epistemológica a partir da crítica ao modo de estruturar e produzir ciência/ética/política, uma lupa para olhar criticamente o modo de pensar/saber/conhecer, desconstruindo e reconstruindo saberes na tentativa de distanciar de estereótipos, preconceitos sexistas e androcêntricos nos processos de produção do conhecimento sobre as relações humanas. Abrange as categorias mulher, homem e gênero, que se concretizam no âmbito de contextos sociais, culturais, políticos e históricos específicos, constituindo como troca de experiências e aprofundamento de reflexões teórico-metodológicas sobre a problemática da mulher e relações de gênero numa sociedade marcada por questões assimétricas de poder e subordinação.

Concluimos por verificar que ainda persistem ranços da cultura patriarcal, que se plasma nas relações de poder, onde as mulheres são constantemente relegadas à esfera privada e o homem destinado a exercer as funções de poder na esfera pública, embora haja indícios de avanços significativos na democracia brasileira. A igualdade de oportunidades não é apenas uma questão de justiça democrática, mas de inclusão social, de responsabilização pelos rumos da sociedade e eliminação de discriminação contra a mulher, tanto no âmbito da esfera privada como na pública.

Bibliografia



- BLAY, Eva . *As prefeitas*. Rio de Janeiro: Avenir Editora, 1979.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- BOURDIEU, Pierre e PASSERON, Jean Claude. *A Reprodução* – Elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.
- BRABO, Tânia Suely Antonelli Marcelino. *Gênero e poder local: eleições municipais do ano 2000 em Marília (SP)*. 2003. Tese (Doutorado em Sociologia), Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.
- CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simon. *Educação, história e religião: ordens religiosas como lócus da construção de identidades femininas*. **Revista Aulas**, v. 4, p. 1 – 18, 2008.
- COSTA, Ana Alice Alcântara. *As donas no poder: mulher e política na Bahia*. Salvador: NEIM - UFBA: Assembléia Legislativa da Bahia, 1998.
- DIETZ, Mary Dietz. *Cidadania com cara feminista*. Debate Feminista (n. especial). México, 2001, p. 55–78.
- LOURO, Guacira Lopes. *Mulheres na sala de aula*. In: PRIORE, Mary Del. História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto/UNESP, 2001.
- PATEMAN, Carole. *Participação e teoria democrática*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- PHILLIPS Anne. *De uma política de ideias a uma política de presença?* Revista Estudos Feministas, Florianópolis, n. 1/2001, v. 9, p.268-290, 2001.
- _____. *Género y teoria democrática*. México: PUEG, 1996. Cap. 5. Paradojas de la participación, p. 121-144.
- _____. Tribunal Superior Eleitoral. **Eleições**, Brasília – DF: Disponível em:<<http://www.tse.gov.br/internet/index.html>> Acesso em: 15 nov. 2008
- DATAFOLHA, Instituto de Pesquisas. Disponível em: <<http://datafolha.folha.uol.com.br/>> Acesso em 17 de abril 2010.
- UNIFEM. Relatório sobre o progresso das mulheres do mundo 2008/2009. *Quem responde às mulheres?* Gênero e responsabilização. Disponível em: <www.unifem.org/progress/2008/media/PORT-PoWW-ExecutivesSummary.pdf> Acesso em 04 de abril 2009.